

«HÁ HOJE, NO MUNDO, HOMENS QUE ESTÃO SENDO FORMADOS PARA DESTRUIREM OS CÉREBROS DE OUTROS HOMENS — IMPEDINDO-OS DE PENSAR LIVREMENTE».

R. R.

A Voz de

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 695

ANO XXVI

5/10/78

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

Como vai a electrificação no concelho de Loulé?

Não restam dúvidas de que há assuntos melindrosos e este, o da electrificação e iluminação públicas das freguesias e sítios do vasto Concelho de Loulé — um dos maiores do País — é um deles.

Insurgem-se as respectivas populações, porque sentem ao vivo a carência deste benefício, ora contra o Município de Loulé, que nada tem a ver com a resolução directa do problema, ora contra a Federação de Municípios de Faro, que é a concessionária da distribuição da electricidade e, portanto, a entidade que terá de responder pelas anomalias que embargam ou tolhem o dimensionamento das obras respectivas dentro das povoações.

Temo-nos por isso reservado na escalpelização deste momentoso assunto, sabendo de antemão, que uma vez abordado, este não se compadecerá com improvisações e ilações inconscientes, que maior confusão provocariam, porventura, no já causticado ambiente onde a expectativa cedeu lugar ao desânimo.

Entretanto, obtivemos dados fidedignos que nos possibilitam di-

vulgar o que decorre neste âmbito e lançar sobre as amontoadas conjecturas e recriminações (tantas vezes imaginadas e infundadas) algumas explicações e esclarecimentos.

Pela análise que esses elementos nos propiciaram poderemos adiantar que os mesmos não deram mostras de que a Federação de Municípios de Faro teria subestimado a premência da problemática, tendo accionado na oportunidade os mecanismos concidentemente à sua conveniente resolução.

Isto é, depois de superiormente autorizadas as benfeitorias, a Federação colocou em concurso de empreitada as respectivas obras, adjudicando-as pela oferta mais vantajosa, como é usual nas circunstâncias.

Deste modo foram adjudicadas a electrificação de Farfá e S. Lourenço de Almansil (ambas prontas e ligadas em Fevereiro e Agosto do ano corrente), Ameixial (com todos os postes arvorados), Vendas Novas, ponte (meio concluída), Palmeiral e Va-

(continua na pág. 5)

RALLYE DO ALGARVE-78

Durante um «cocktail» no Hotel Embaixador, em Lisboa, soube-se, em primeira mão, o que vai ser a edição de 1978 da que já é uma das mais importantes manifestações desportivas e turísticas que se realizam em Portugal.

«Velha» de 8 anos (a primeira Volta ao Algarve foi em 1970), a Prova tem vindo a impôr-se, primeiro no nosso País, para, depois, em 1973, dar o primeiro salto para a internacionalização.

1976 é o ano do «grande exame», o *sim* ou *não*, para pertencer ao Campeonato da Europa, galardão que tantas organizações tentam e não conseguem.

Os esforços do tal grupo «recalcão», dos tais teimosos de sempre, daquela dúzia mal medida de caro-

las mais do que 100% amadores foram recompensados, e eis o Rallye do Algarve no Campeonato da Europa em 1977! Com um tímido coeficiente 1, que do princípio, é que se começa... Mas a Europa já estava com o Raca!!!

A FIA pediu aos seus representantes que fossem até ao Algarve ver como era: o Raca Clube, esse pequenino-grande Clube com sede na pequenina cidade algarvia de Silves, merecia ou não a honra de ombrear com os outros europeus?

E fosse porque a promoção foi bem feita, ou porque o tempo estava maravilhoso (tanta gente a tomar banho na piscina da «Aldeia das Açoteias» em pleno Novembro!), ou porque, de facto, a Organização se mostrou à altura (e aqui é que esteve, com certeza, a principal razão...), a verdade é que não só acharam que o pequenino-grande Raca tinha montado um Rallye ao nível da Europa como até merecia mais. Daí o coeficiente ter aumentado para 2 em 1978, facto que, diga-se de passagem, não é muito frequente.

De modo que fomos «apresentados» ao Rallye do Algarve 1978, Campeonato da Europa, coeficiente 2.

Novidades, diferenças, não as há de fundo nem de espanto: uma primeira etapa, a 2 de Novembro, (continua na pág. 4)

Homens precisam-se

Por MANUEL DE QUERENÇA

Um amável leitor deste jornal põe-nos uma questão que se nos afigura digna de resposta. Isto apesar de pensarmos que tendo em conta os comentários que na missiva faz o nosso correspon-

dente, ele mesmo se encarrega de responder. cremos, se não estamos lavrando em erro, que o Senhor Ferreira — assim se chama — concorda connosco. Pelo menos no que diz respeito ao presente. Em síntese, aquele nosso prezado consulente escreve: «Sou seu leitor assíduo há cerca de trinta anos neste e noutros jornais. Sempre constatei a sua discordância com os poderes constituídos, tanto no antigamente co-

mo no presente. E isso no jornalista é um defeito ou uma qualidade?».

Cada indivíduo nasce com o seu temperamento. A cultura pode valorizá-lo ou deformá-lo conforme as circunstâncias. O nosso primeiro artigo publicado na Imprensa (continua na pág. 2)

Ruídos desmesurados provocam poluição sonora em Loulé

Os reparos e os protestos são constantes mas os ruídos desmesurados dos veículos, especialmente das motorizadas de escape livre, continuam e não afrouxam, numa clara demonstração de descaído e desdém pelos tímpanos alheios.

Há, contudo, disposições legais que regulam a intensidade máxima do ruído que cada veículo

pode provocar, deduzindo-se daí que uma vez ultrapassados os limites fixados, o detentor da viatura incorre em infracções passíveis de autuação, isto é sujeita-se a uma repressão pouco dignificante.

Sucede, entretanto, ao que parece, que há muito tripulante que desconhece as normas que con-

(continua na pág. 2)

O ex-Primeiro Ministro britânico Edward Heath esteve no Algarve

A passar um curto período de férias, esteve instalado no Hotel Dona Filipa, em Vale do Lobo, o ex-Primeiro Ministro britânico e actual secretário do Partido Conservador de Inglaterra, Edward Heath (continua na pág. 2)

Mercado de Peixe de Loulé é (também) perigosíssimo «ring» de patinagem

Há cerca de três meses demos publicidade a uma carta de uma leitora que teve paciência e vagar para nos escrever lamentando várias ocorrências registadas em Loulé.

Aí se referia ao perigo a que estão sujeitas as pessoas que frequentam, no Mercado Público, a zona destinada à venda de peixe.

Era flagrante a falta de limpeza e hoje continua a ser revoltante verificar-se como é que passado tanto tempo ainda não foram tomadas as providências urgentes que o caso requer para acabar com a vergonha de um piso sobre o qual as pessoas dificilmente se equilibram (principalmente se tiverem solas de borracha) e onde a imundície é patente à vista de todos.

Já ali se têm registado várias quedas e perigosos desequilíbrios e, por acaso, fomos há dias testemunhas de uma brutal queda de

um indivíduo que escorregou com um pé e perdeu o equilíbrio ao tentar segurar-se no outro. Caiu desarmadamente de cotas e podia ter morrido por fractura de crânio se não fora a rapidez com

(continua na pág. 2)

Instituídos Prémios-78 a atribuir à Imprensa por colaboração na Campanha Antifumo

Pela Direcção-Geral dos Desportos, com fundamento no apoio dado pela Imprensa à sua Campanha Antifumo, e ainda com o intuito de estimular esse apoio a causas

(continua na pág. 3)

Um discurso com os pontos nos ii

Análise de Luís M. Pereira

Eanes falou à Nação. Claro. Sem ambiguidades. Não há modelos perfeitos em democracia, é verdade! Contudo é necessário viabilizar a imperfeição de um sistema democrático, mais perfeito e tolerável que uma ditadura de qualquer sinal. Para isso é necessário um compromisso de solidariedade real em todos os democratas, que certamente não são os demagogos e os intrigantes. Só assim construiremos um regime democrático sólido atendendo à cultura contemporânea, reconhecendo igualmente as estruturas sócio-económicas de uma Europa livre e independente. É necessário respeitar os limites de uma democracia autêntica. Eanes referiu-se à escalada destruidora, de que é alvo a nossa sociedade, por parte do fanatismo político e do marxismo ideológico. Uma realidade flagrante que urge ultrapassar. Promover soluções políticas estáveis é uma extrema necessidade para salvaguardar os in-

teresses deste País, há muito sob as tormentas das ondas da incompetência administrativa. Eanes responsabilizou a classe política pelo agudizar de uma crise em todos os sectores, afirmando que esta, ao derrubar um governo legítimo e responsável segundo a Constituição, não apresentou alternativas nem outras fórmulas de governo possíveis. Estamos, de facto, num impasse, numa encruzilhada, num interregno governativo. Só o bom-senso e a procura de convenientes soluções políticas, com base no entendimento inter-partidário, poderá curar o país da mazela do adiamento dos nossos problemas. Os ataques e as insinuações de alguns partidos a Eanes revelaram uma total fraqueza e imaturidade política que a história revelará. É impossível assegurar uma actividade gover-

nativa normal se os partidos recusarem sistematicamente o entendimento, a força de vontade de salvar um País do descalabro económico. Eanes afirmou que o Governo Nobre da Costa apresentou programa detalhado e que teria as condições para governar até 1980 se a partidária não enveredasse pela sua recusa. É verdade que as birras do PS e do CDS, amuo de quem perde o Poder ou o «tacho», como queiram, são os grandes responsáveis pela queda do III Governo Constitucional.

Assim, neste clima de incerteza, ou optamos pela realização de um acordo inter-partidário, solução da crise com a colaboração partidária, ou se nomeia um primeiro-ministro que constitua um Governo sem coligação mas com apoio parlamentar maioritário, ou, dentro dos moldes da Constituição, será dissolvida a Assembleia da República e vamos para eleições antecipadas, com datas a

(Continua na pág. 4)

Estará Portugal mais uma vez a saque?

(VER PÁGINA 3)

HOMENS PRECISAM-SE

(Continuação da pág. 1)
que então qualificávamos de «burgueses», aqui há trinta e cinco anos atrás, no alvorecer duma juventude inquieta e sonhadora, tinha o expressivo título, com que hoje epigrafamos o presente trabalho: «HOMENS PRECISAM-SE». Evocamos nós então, o célebre feito de Diógenes, de lanterna na mão, nas ruas de Atenas, em procura de um Homem. Tendo em conta os nossos verdes anos, é natural que o título acima citado, revelasse então para muita gente, uma certa pretensão. Não era o caso. Reflectindo hoje à distância, sobre o significado simbólico dessa expressão, afigura-se-nos que ela resume e precisa toda a nossa maneira de ser e estar na vida. Para nós, o centro da vida foi e continua a ser, o Homem que sempre escrevemos com letra maiúscula. Tudo se deve mover em volta dele e por ele.

Se sofremos na própria carne as durezas incontestáveis — sobretudo nos primeiros anos — de um exílio forçado de duas décadas, da pátria que nos serviu de berço, por discordarmos dum regime marcado por um sistema autoritário onde a censura à Imprensa e a perseguição ao homem que dele discordasse era o lema, isso não pode significar de maneira nenhuma que uma vez alterada a História do nosso país, pela revolução do 25 de Abril de 1974, nos metessemos a aplaudir, como foi o caso de tanta gente, sem um exame mínimo da nova situação assim criada. Sempre tivemos como essência real e positiva de qualquer país civilizado, a Liberdade, a Justiça, o Amor, a Fraternidade e a Solidariedade entre os homens. Por outro lado, não ignoramos que o que há de mais

maravilhoso nessas expressões, não é apanágio ou privilégio de qualquer filosofia religiosa ou política. Pertencem sim, ao tesouro comum da Humanidade. A censura, a perseguição, o absolutismo ou a simples demagogia, são princípios incompatíveis com a dignidade do Homem. Essa foi e continua a ser, repetimos, a nossa filosofia da vida.

Entretanto deixemos que a História julgue o passado e preocupemo-nos agora do presente. Haverá ainda por esse país além, alguém consciente, que possa aprovar o vergonhoso espectáculo que nos têm dado os nossos homens políticos e os seus turiferários, nestes últimos quatro anos? Não é fácil admiti-lo! Cremos bem que hoje, mais do que ontem, nos sobram razões válidas para gritar — ai de nós se o não fizermos! — Homens precisam-se! O país precisa de ter no topo das suas responsabilidades maiores, no interesse da Comunidade, homens honestos e competentes. Já aqui o escrevemos e repeti-lo-emos, sempre que seja necessário. Impõe-se que todos os portugueses tenham consciência do mundo em que se vive. É preciso acabar com os vendilhões do templo. O nobre ideal de Democracia, é algo diferente e mais elevado do que aquilo que os nossos politiquinhos de hoje nos oferecem. O mal de que sofre hoje o nosso país, não é uma crise de Democracia, mas sim uma crise de homens honestos e competentes à altura e possuindo a capacidade indispensável, para o governar.

Qualquer indivíduo medianamente culto, não pode ignorar que um dos principais fundamentos da Democracia, é facilitar que através do voto livre, sejam selec-

cionados os valores mais competentes, para a direcção e administração da coisa pública. Ora não é esse o caso dos nossos actuais políticos. Só para complemento da regra, temos visto surgir aqui e ali, homens responsáveis. Para a maioria esmagadora, a única coisa que lhe interessa é o tacho, o poleiro. E claro que um país entregue a homens dessa natureza, será sempre um país condenado à falência moral e material. É esse o caso português. A moeda desvaloriza de dia para dia e a dívida ao estrangeiro aumenta quotidianamente. Os senhores políticos que nunca se entenderam para defender honestamente os direitos do Povo, estão sempre de acordo para destruir o país. É esse o último exemplo que nos deram na Assembleia da República. Pretender o contrário, seria procurar iludir vergonhosamente a realidade.

Se no interior do país, o Povo sofre na própria carne as agruras da incompetência e diríamos desonestidades desses indivíduos, o espectáculo que oferecem ao mundo visto cá de fora, não pode deixar de causar imensa tristeza a quantos portugueses o contemplam, ouvindo as críticas que os estrangeiros lhes fazem.

Como o disse um dia e muito bem Wiston Churchill, a Democracia é o menos mau de todos os regimes políticos. A prova é que em cerca de duzentos países existentes no nosso globo, só em menos de meia dúzia e nos mais civilizados e prósperos, as instituições democráticas são uma realidade. Tudo o resto que por esse mundo além e em particular no nosso país de hoje se vê, não passa de mera caricatura da ordem democrática. A Democracia nunca pode ser obra de aventureiros ou charlatões. Sem cultura cívica do Povo, sem políticos honestos e competentes, não há, nunca haverá Democracia que valha.

Ruídos desmesurados provocam poluição sonora em Loulé

(continuação da pág. 1)
dicionam a circulação, se bem que em termos oficiais a ignorância da lei não ofereça ilibação ou desculpa atendível.

Como diz um velho axioma romano «a lei é dura, mas é lei», isto é, por outras palavras a lei foi feita para ser cumprida, doa a quem doer. Ai portanto da sociedade em que a lei existe apenas em letra de forma, sem qualquer significado prático, sacrificada à inobservância dos seus componentes — os cidadãos.

Conforme está preceituado, as motorizadas, em função das explosões do motor, podem atingir à saída do escape cerca de 75 «phons» e os automóveis, estando evidentemente incluídas as camionetas de elevada cilindrada, 95 «phons».

Para quem não esteja devidamente esclarecido, lembramos que o «phon» é, em linguagem específica, uma unidade sonora, ou simplesmente uma unidade de audibilidade.

Melhor do que foi dito servirá o exemplo seguinte para ilustrar esta questão.

Assim, sessenta «phons» correspondem ao falar corrente e cento e trinta «phons» representam o limite máximo de audibilidade, com que a vibração do som começa a ser dolorosa. Se acres-

centarmos que a unidade auditiva também se enuncia como intensidade subjectiva, fácil é concluir que o ruído «ensurdecador» de certos veículos são altamente incómodos e agem como autênticas agressões sonoras.

A «poluição sonora» advém precisamente do ruído excessivo de qualquer natureza que ultrapasse a escala suportável e tolerável.

Convenhamos, portanto, que os fatores mais correntes de ruídos das zonas urbanas são os veículos dotados de motores de explosão ainda que munidos de sistemas de redução e controle de som. Basta, que às painéis de escape se lhes extraia o «miolo» ou o «silencioso» para que a sua intensidade sonora assuma estrepitosa ressonância, a qual, escutado será dizê-lo, ultrapassa em muito e de longe, os limites estabelecidos.

Mais do que as veleidades do civismo, é melhor conselheiro e como a modéstia, fica bem a qualquer.

J. C. VIEGAS

Visita ao Algarve do Conselho de Administração da Reso

Encontram-se de visita ao Algarve o Conselho de Administração da Reso, hospedados no Hotel Alvor Praia de 15 a 22 de Setembro.

A Comissão Regional de Turismo do Algarve, ofereceu um jantar no dia 19 no Restaurante Solar dos Pinheiros, no Carvoeiro, durante o qual se exibiu um Rancho Folclórico Algarvio. Neste jantar esteve presente o Presidente da Comissão Regional de Turismo e o Sr. Fernando Soares responsável pelo departamento de Promoção e Relações Públicas.

MOBÍLIAS

Compram-se, usadas, em qualquer estilo ou peças soltas.

Nesta redacção se informa.

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DO ALGARVE

ANÚNCIO

A Estrutura de Tavira da Direcção Regional de Agricultura do Algarve (ex-Estação Agrária de Tavira), aceita propostas em carta fechada e lacrada até às 16 horas do dia 30 do próximo mês de Outubro, as quais serão abertas na presença dos interessados, para a venda do material do seu lagar de azeite hidráulico.

Os interessados poderão ser informados sobre a composição do dito lagar e outras informações pela Secção de inventários desta ex-Estação Agrária de Tavira durante as horas normais de serviço em todos os dias úteis.

O proponente a quem for adjudicado o lagar, terá que depositar no acto da adjudicação a importância correspondente a 10% do valor da proposta.

O levantamento de todo o material do lagar compreendendo a sua desmontagem de conta do comprador terá de estar completamente valorizada após 30 dias da data da adjudicação.

A liquidação total deverá ser efectuada no momento do levantamento do material.

O Responsável,
José Francisco Pereira da Assunção
Engenheiro-Agrónomo

Aos emigrantes

Vende-se, uma das melhores vivendas para habitação e rendimento turístico em Quarteira (Algarve-Sol), a cerca de 350 m do mar, 4 quartos c/ ar condicionado, 5 casas de banho, amplo salão, cozinha, garagem, hall, terraços e jardim. Ricamente mobilada e decorada. Aceita-se, de preferência, terreno construção Vilamoura, proximidades casino ou subúrbios Quarteira, em troca. Tem piscina de apoio na casa ao lado.

Trata António Chagas (Advogado) — Av. Marginal, 35-3, 2.º Dt.º, Quarteira — Telef. 65126.

Mercado de Peixe de Loulé é (também) perigosíssimo «ring» de patinagem

(continuação da pág. 1)
que apoiou o corpo com os cotovelos.

Dos ferimentos daí resultantes teve que tratar-se no Hospital.

Podemos ainda acrescentar que este lamentável estado de coisas se deve não somente à falta de limpeza no local, como ainda, e principalmente, à circunstância de os vendedores de peixe arranjam no próprio local a arrastar, cujo «garro» é tão escorregadio como o sabão. Segundo nos consta nem sequer é proibido fazer ali esse trabalho.

É dever, senão obrigação, das Câmaras zelarem pela segurança dos munícipes naquilo que é de sua responsabilidade e também pela higienização dos locais que aluga para venda de produtos de consumo corrente.

Parece-nos, por isso, que já é tempo de, no sector da venda do peixe, Loulé, alinhar pelas terras mais evoluídas do Algarve para que se saiba que vivemos em terra de gente civilizada.

Consta-nos que é intenção da Câmara de Loulé fazer vultuosas obras no Mercado Público e até se fala em cobrir a zona ainda a descoberto ideia que, parece, já aterroriza quem ali trabalha e sente o tórrido calor dos quentes dias de Verão na zona coberta em plástico e que transforma aquela área numa autêntica estufa para amadurecimento excessivamente rápido da fruta que se estaga de um dia para o outro.

Dos prejuízos daí resultantes nem vale a pena falar.

Entretanto seria extremamente útil que a zona das bancadas fosse lavada de vez em quando, coisa que não acontece há largos meses.

COMISSÃO DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

ANÚNCIO

Concurso público para arrematação da empreitada de obras de remodelação do Jardim de Infância de Loulé

Preço base: 4 938 586\$30

Caução provisória: 123 464\$60

Alvará exigido: 1.ª Subcategoria da I Categoria e Classe correspondente ao valor da proposta.

Local, dia e hora limite para entrega das propostas: Na sede da Comissão, Avenida Duque de Ávila, 169-3.º -Dt.º, em Lisboa, em 26 de Outubro de 1978, até às 18 horas.

Local, dia e hora do acto público do concurso: Na sede da Comissão, na morada acima indicada, em 27 de Outubro de 1978, às 15 horas.

Local e horário de consulta do processo: Na sede da Comissão, na morada acima indicada, todos os dias úteis das 14,30 às 19 horas, e na Câmara Municipal de Loulé.

Lisboa, 19 de Setembro de 1978.

PELA DIRECÇÃO
O VICE-PRESIDENTE
Eng.º Heitor Morais

ESTARÁ PORTUGAL MAIS UMA VEZ A SAQUE?

A imprensa livre tem muitas vezes noticiado inúmeras fraudes, desvios e roubos sofridos por bens pertencentes ao Estado e aos particulares; porém, a mesma imprensa tem sido parca e prudente em revelar muitos abusos e danos de que têm sido objecto os bens públicos, levados a efeito pelos processos mais diversos e quase sempre com a cobertura das leis em vigor, muito embora com flagrante violação do seu espírito.

Essa aparência de legalidade talvez seja o motivo impeditivo para que a mesma imprensa denuncie numerosos casos de dissipação, peculato, desvio, fraude, etc., de que são vítimas os bens de todos nós, que são fruto da enorme carga de impostos com que o poder marxista vem esmagando o povo.

Compreende-se a atitude reservada e prudente da imprensa livre, uma vez que se propõe acatar voluntariamente as normas morais de respeito pela verdade, pela justiça e pelo bom nome alheio, ainda que a tirania marxista não fizesse impender sobre ela todo o arsenal de disposições liberticidas e repressivas que tem oriado e com que procura silenciá-la, ou, pelo menos, reduzi-la a uma orquestra monocórdica habitada a interpretar apenas monotónicas partituras de louvor aos senhores do poder e suas camarárias políticas.

É impossível que um cidadão não se sinta profundamente revoltado ao tomar conhecimento das revelações feitas a «O Diabo» por um dos deputados, sobre as volumosas despesas pagas pelo erário público a título de retribuição pelas actividades desenvolvidas em S. Bento por mais de duas centenas e meia de representantes do povo.

Os factos revelados são tão escandalosos, tão revoltantes e tão vergonhosos, que é imperioso reconhecer, mais uma vez, que Portugal está a saque; há pouco mais de cinquenta anos, precisamente num parlamento semelhante, um dos mais destacados chefes políticos da época, o democrata e não sei se também antifascista António Maria da Silva teve a coragem de reconhecer sem evasivas e de proclamar em alto e bom som que Portugal estava então a saque.

Se por um lado é certo que a história se repete, não menos verdade é que a mesma história devia constituir lição para os vindouros mas infelizmente entre nós tal não acontece no campo político. Em face da situação presente, outro chefe político, Brito Ca-

macho, se vivo fosse não teria pejo algum em renovar a sentença ao tempo proferida quando comparou a política em Portugal e os seus profissionais a uma latrina repleta da mesma m..., onde apenas havia mudança das moscas.

Com efeito, arrecadar durante um ano apenas catorze meses de vencimentos a 24 000\$00 cada um, adorado com quatro meses de férias, sofrendo apenas o desconto de 48\$00, e ainda acrescidos de 750\$00 de subsídio por cada presença às sessões, isto, enquanto a maior parte dos trabalhadores anónimos não alcançam nem 6 000\$00 mensais em trabalho duro, é ucharia pouco consentânea com a devoção cívica de quem se considerou desinteressado representante do povo e seu sacrificado servidor.

Se considerarmos que a tão generosas fatias do mingado bolo orçamental se somam, nos bolsos de muitos dos «pais da pátria», a título de subsídios de deslocação, uma viagem aérea doméstica semanal e mais 5\$00 por quilómetro de estrada percorrida, chegaram à conclusão que uma espantosa mina de ouro teria sido descoberta nas caves de S. Bento, a qual faria inveja ao próprio rei Salomão.

E se tivermos ainda em conta que correm por conta do suor do povo as despesas com telefonemas e telegramas que aos seus dignos representantes apeteça fazer para Paço Pires, Moscovo ou Washington, rapidamente nos aperceberemos que a Nação em breve será obrigada a ficar de tanga e a estoirar de fome para manter uma vida cómoda aos seus eleitos.

Porém, toda aquela municipalidade por conta do Tesouro Público se transmudaria em ignominioso insulto à boa fé e honestidade da nossa gente ou em inqualificável exploração do trabalho nacional, se acaso fossem verificadas e comprovadas as fraudulentas práticas imputadas por um digno e revoltado deputado da Nação a pelo menos alguns dos seus pares, por useiros e vezeiros em sangrar os cofres do Estado com artificiosas declarações de despesas, duvidosas deslocações e simbólicas presenças às sessões.

A ser verdade quanto foi revelado a «O Diabo» — e diga-se de passagem que o informador deve conhecer os escaninhos do casarão — será caso para admitirmos pelo menos duas tristes realidades: a primeira, evidenciará que entre os eleitos pelo povo, não só figuram borlistas e contraban-

distas como também falsários, peculadores, burlões e parasitas; e a segunda asseguraria que a dinamização política, imposta aos portugueses por meio dos infalíveis métodos da KGB, conduziu-os a uma alienação tal que, de tão habituados a gramarem poeira nos olhos e sabão nos miolos, já nem se dão conta que os aliviam das carteiras com a maior sem-cerimónia.

Depois de tanto gozo e riso à custa do Zé Povo, sempre gostava de saber qual será o modelo do novo albardão que os doutorados em política estarão preparando, porque os abusos, quando impunes, são como as cerejas!

É pois não só saudável como indispensável que a imprensa livre, sem complexos nem cobardias como é seu hábito, revele ao público a qualidade moral e cívica das acções de muitos daqueles a quem os eleitores confiaram seus destinos e a defesa dos seus interesses.

Mas, à parte a atitude que o povo entenda tomar, penso que a parte sã da assembleia parlamentar não pode ficar indiferente perante a suspeição e a ignomínia que recaem sobre a ilustre e honrada corporação, por virtude do denunciado comportamento dos indignos que porventura nela se escondam.

Carlos da C. Campos e Oliveira

Actividade (de Julho e Agosto) dos Bombeiros de Loulé traduzida em números

Desdobrando-se incansavelmente na sua prestimosa acção humanitária, não conhece tréguas a corporação dos Bombeiros Municipais de Loulé, que durante os meses de Julho e Agosto findos correspondeu a um acréscimo de apelos e solicitações.

Incapazes de fornecerem uma imagem real do valor das intervenções, dos serviços prestados e dos riscos corridos, os números facultam-nos todavia e apenas uma ideia quantitativa das mesmas.

Assim durante o mês de Julho passado a actividade mais corrente dos Bombeiros de Loulé, traduziu-se como segue:

— Combates a incêndios no Concelho, 22 (deflagrados em pastos com arvoredo 13, viatura ligeira 1, habitações 3, galinheiro 1 e eiras com fardos de palha, 4).

— Serviços de ambulância, 139 (transporte de doentes e sinistrados na estrada, tendo o carro-grua prestado em vários casos serviços de renovação de viaturas incapacitadas de se locomoverem por meios próprios).

— Tratamentos administrados

Visita ao Algarve do Mr. Jean-Francois Poncet, Secretário da Presidência da República Francesa

Esteve de visita ao Algarve, acompanhado da esposa, o Mr. Jean-François Poncet, Secretário da Presidência da República Francesa, que se hospedou no Hotel D. Filipa de 14 a 18 do corrente mês.

O Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, Sr. Cabrita Neto ofereceu um almoço a esta individualidade que teve lugar no Restaurante Panorama em Albufeira no dia 18.

A partida foram-lhe apresentados cumprimentos pelos Serviços de Relações Públicas deste Órgão Oficial de Turismo, e oferecidas lembranças regionais.

Instituídos Prémios-78

a atribuir à Imprensa por colaboração na Campanha Antifumo

(Continuação da pág. 1)

de interesse nacional, foram instituídos vários prémios.

A atribuição respectiva obedece ao critério seguinte:

— Prémio DGD para a melhor peça jornalística publicada na Grande Imprensa (redigida ou sob outra forma de expressão visual) a distribuir ao seu autor ou, no caso de não ser assinada, a um representante do Órgão de Comunicação Social que a publicou, no valor de uma participação na 4.ª Conferência Mundial sobre o tabaco e a Saúde a realizar em Estocolmo, em Junho de 1979 (incluindo viagem e estadia).

— Prémio Comissão Nacional de Ambiente para a melhor peça jornalística publicada na Imprensa Regional (redigida ou sob outra forma de expressão visual) a distribuir ao seu autor ou, no caso de não ser assinada, a um representante do Órgão de Comunicação Social que a publicou — no valor de uma participação na 4.ª Conferência Mundial sobre o Tabaco e a Saúde, a realizar em Estocolmo, em Junho de 1979 (in-

cluindo viagem e estadia).

— Prémios honoríficos para os Órgãos da Comunicação Social que publicaram as peças premiadas.

— Menções honrosas a atribuir eventualmente. No regulamento não se levantam restrições ao número de peças originais, devendo as mesmas serem entregues no Gabinete de Coordenação de Campanhas de Sensibilização da Direcção-Geral dos Desportos, na Rua Almeida Brandão, n.º 39 — Lisboa-2, até 31 de Janeiro de 1979.

As peças em questão devem incluir o nome, a direcção do órgão de informação onde forem publicadas, bem como, página, data e autor (no caso de assinar).

Últimas actuações do Rancho Folclórico Infantil de Loulé

Correspondendo às múltiplas solicitações e convites de que tem sido alvo, o Rancho Folclórico Infantil de Loulé, tem andado ultimamente numa «roda viva».

Assim, todos os sábados, vem actuando no Alfamar, onde lhe é prodigalizado amplo acolhimento; no dia 3, exibiu-se no Centro Hípico de Vilamoura; no dia 9, participou com a proverbial vivacidade no II Festival Nacional de Folclore, em Faro; no dia 16, abriu-lhe a festa a José Horta, tendo arrancado uma das suas melhores exibições e no dia 24, na Mexilhoeira Grande, nas Festas de Santo António.

A fim de representar o Algarve e proporcionar maior aparato à distribuição de amostras promovida pela firma Publirama, esteve no dia 29, no Hotel Ritz, em Lisboa.

Desta feita, o Rancho Folclórico Infantil de Loulé, prossegue em bom ritmo a sua trajectória que tem vindo a traduzir-se, onde quer que se apresente, em mensagens de contagiado optimismo.

III Encontro da Imprensa Algarvia decorrerá sob os auspícios de «O Sporting Olhanense»

Encontra-se em preparo, esperando-se que dentro em breve se possa anunciar a data da sua realização, o III Encontro da Imprensa Algarvia, que desta feita decorrerá em Olhão, sob os auspícios do quinzenário «O Sporting Olhanense», que a si chamou o encargo da sua organização.

Correspondeu desta forma, galhardamente, o quinzenário «O Sporting Olhanense», ao convite que lhe fora endereçado.

Assinala-se que, tendo por experiência e «pedra de toque» os anteriores e similares encontros, o referido jornal propõe-se elaborar o programa-horário e uma agenda, por forma a estabelecer uma sistematização de trabalhos que terá por objectivo primordial um melhor ordenamento e aproveitamento dos assuntos a debater.

Por outro lado, já foi pelo mesmo jornal distribuído aos seus colegas, as «normas de funcionamento» que regerão o próximo Encontro, susceptíveis de aprovação e alterações.

Por seu turno, o jornal «O Barlavento» encontra-se a girar um projecto de Estatutos da Asso-

ciação de Jornais e Jornalistas Amadores do Algarve, de cuja ultimação depende a data do Encontro vertente.

Tudo leva a crer, portanto, que o III Encontro da Imprensa Algarvia, decorrerá sob nova égide e que através dela se extraia o ambicionado proveito.

Contribuições e Impostos

Para esclarecimento dos interessados, esclarece-se que se encontra a pagamento, durante o mês de Outubro nas Tesourarias de Finanças, as seguintes contribuições e impostos:

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL — GRUPO B de 1977 (correção da liquidação provisória e definitiva).

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL DE 1977.

IMPOSTO DE MAIS-VALIAS DE 1977.

Esta contribuições deverão ser pagas por uma só vez.

Desde que não sejam pagas no citado mês de Outubro começarão a vencer juros de mora.

ADMITE-SE

Importante Empresa de Pesticidas admite um técnico para trabalhar na Região do Algarve.

Enviar Curriculum Vitae ao n.º 26 deste jornal.

(2-2)

COMUNICADO

O STAND AVENIDA, com sede na Avenida José da Costa Mealha, 44 — Telef. 62482, em Loulé, comunica que foi nomeado, pela firma RODOVIL, do Porto, agente oficial da marca ISUZU, para o Distrito de Faro, passando a partir desta data, a efectuar os serviços de assistência e venda de peças da referida Marca.

(4-2)

Rallye do Algarve-78

(continuação da pág. 1)
muito curta mas já selectiva, do estilo para aquecer, mas que porá de parte alguns menos experientes ou mais atrevidos; as outras duas etapas, meio de dia meio de noite, numa demonstração do esforço que o Raca! faz para a promoção turística e para o espectáculo que é sempre um rallye a anulação de uma ou outra prova de classificação anteriormente provada como desinteressante ou desnecessariamente perigosa; e mais aquilo que o Raca! nos for dizendo...

Falando das provas de classificação, este ano há 53 (3 na primeira etapa, 12 na segunda e 18 na terceira), num total de 380 Km (a quilometragem da prova é de 1260 Km).

Das 3 da primeira etapa cada uma é diferente: uma em terra, a segunda em alcatrão e a última mista.

Na segunda etapa vamos ter 6 em terra, 4 em alcatrão e 2 mistas.

E na terceira, 15, 2 e uma.

Com partida a 2 e fim a 5 de Novembro, as etapas do Rallye começam e acabam sempre na «Aldeia das Açoteias» do Touring Clube de Portugal, o que facilita enormemente todo o funcionamento da informação à medida que tudo se vai desenrolando. Alá, vem garantir um impecável acesso aos resultados.

Na segunda etapa vai haver uma neutralização junto do Casino de Monte Gordo, e na terceira etapa outra neutralização desta vez junto do Casino do Alvor.

As inscrições fecham no dia 11 de Outubro, e já se sabe que já há gente a treinar, uma vez que há troços que tiraram bilhete de assinatura no Rallye do Algarve...

Quanto aos pilotos portugueses vão estar presentes todos os melhores. Sobre os estrangeiros vamos esperar a confirmação de negociações já encetadas e que tudo leva a crer trarão ao Algarve alguns dos mais sonantes nomes do automobilismo europeu.

Queremos chamar a atenção para os patrocinadores desta oitava

edição do Rallye do Algarve: repare-se como não só são mais como pertencem a algumas das mais importantes firmas, marcas ou organizações de maior prestígio e impacto no nosso País. E claro que a C.R.T.A., a D.G.T., o A.C.P. e a FIA também apoiam em pleno, tudo demonstrando que vale a pena investir a todos os níveis no Rallye do Algarve.

Um dos aspectos que torna a Prova aliciante e cada vez mais conhecida e felada é o social. Pois este ano parece que ainda será melhor, de modo que também essa recordação agradável fique perdurando em todos quantos estiverem no Algarve durante o Rallye. Somos também da opinião de que uma Prova automobilística é algo mais do que o importante que a competição em si tem, e daí acharmos bem que se aproveitem todas as oportunidades para nos conhecermos melhor, melhor para além dos nomes mais conhecidos que alinham, ou da frieza dos números que ditam os tempos e impõem os resultados.

Portanto, o Rallye do Algarve 1978 já «arrancou»!

Um discurso com os pontos nos ii

(continuação da pág. 1)
marcar segundo o prazo constitucional. Únicas soluções democráticas apontadas por Eanes, o mesmo será dizer aquilo que a Constituição prevê. Até este momento o leque de alternativas não se modificou. Não houve progresso. Aumentou a crise global.

Que futuro nos espera? Um futuro negro, de miséria, de desigualdades sociais, de contradição, de lutas. Vai longe demais a teimosia da partidária. Os interessados não desistem. Os extremistas esperam. E embora não haja democracia sem partidos ou associações políticas, que representatividade têm os partidos para infligirem uma derrota ao País? A moldura da Nação é triste e bem triste. Os partidos falharam na sua acção governativa. A abstenção aumenta consideravelmente. A missão do Povo é exigir que justiça seja feita. Não se pode persistir, por mero orgulho pessoal ou partidário, na teoria pintada, na doutrina rebuscada, na irresponsabilidade e deficiência metodológica. Pouco a pouco cresce a agonia entre os portugueses. Eanes aptou tal como o Povo, pela democracia e pluralismo ideológico; não compreendo porque não respeitam os partidos a vontade popular, seguindo a carreira da intrujice, da mentira alarve, da prática comprometadora e

AO DIVINO ESPIRITO SANTO

Agradeço graças recebidas.

M. G.

4.º SALÃO DE ARTE FOTOGRÁFICA

Ao Raca! Clube, que organiza, mais uma vez, o Salão de Arte Fotográfica (o 2.º Internacional do Algarve), já começaram a chegar as primeiras provas concorrentes a este importante certame.

Enquanto continuam a ser profusamente distribuídos os regulamentos (que podem ser solicitados directamente ao Raca! Clube — Silves) e os boletins de inscrição, a organização tem posto um especial cuidado na sua entrega nos postos fronteiriços e no envio para os Centros de Turismo, e isto porque há também a possibilidade de se ganhar um prémio muito aliciante a quem concorrer ao «Fotografe as suas Férias no Algarve»: estadia du-

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-102, de fls. 105, v.g a 107, v.º se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada ontem, na qual Henricus Johannes Antonius Melief, casado segundo o regime de separação de bens, residente no sítio da Torre da Medronheira, freguesia e concelho de Albufeira, se declarou dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por

uma courela de terra de areia e de barreira, com pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, concheo de Loulé, confrontando do norte com Manuel Domingos de Sousa, do nascente e poente com caminho e do sul com Francisco Domingos de Sousa, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número quatro mil trezentos e trinta, com o valor matricial de onze mil quinhentos e vinte escudos e o declarado de três milhões de escudos;

Que este prédio se encontra omissso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e que é titular da referida inscrição matricial Joaquim Ferreira da Costa, de quem ele justificante o adquiriu; — com efeito,

O mencionado prédio pertence-lhe pelo facto de o haver comprado ao aludido Joaquim Ferreira da Costa, por escritura de catorze de Agosto findo, lavrada a folhas doze, do presente livro de notas, pelo preço de três milhões de escudos;

Que, por sua vez, o mesmo prédio havia sido comprado pelo dito Joaquim Ferreira da Costa a Domingos de Sousa, que também usa Domingos de Sousa Júnior, e mulher, Beatriz Martins, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes na povoação e freguesia de Almansil, deste concelho, por escritura de vinte e sete de Outubro de mil novecentos e sessenta e quatro, lavrada de folhas vinte e oito, verso, do livro número trezentos e trinta e dois, do Cartório Notarial de São Brás de Alportel, então a cargo do notário, António Esteves de Matos Proença, pelo preço de oitocentos mil escudos;

Que atendendo ao disposto no número um do artigo treze do Código do Registo Predial, não são aquelas escrituras títulos suficientes para registo;

Todavia, aquele prédio pertencia aos referidos vendedores Domingos de Sousa ou Domingos de Sousa Júnior e mulher, Beatriz Martins, também com exclusão de outrém, na data em que o transmitiram ao Joaquim Ferreira da Costa, por o haverem adquirido em pagamento da quota hereditária do varão, na partilha amigável, extrajudicial e nunca reduzida a escritura pública, efectuada entre todos os interessados, por óbito de seus pais e sogros, Domingos de Sousa e mulher, Maria do Espírito Santo, casados que foram segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes na povoação e freguesia dita de Almansil, em data imprecisa, mas sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta.

Que a partir daquela data, portanto há mais de trinta

anos, sempre o prédio supra descrito, tem vindo a ser possuído em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, inicialmente pelos referidos Domingos de Sousa e mulher, e posteriormente, pelo seu sucessor Joaquim Ferreira da Costa, posse sempre exercida, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, pacífica, contínua e publicamente, pelo que na data em que o mesmo foi transmitido a ele justificante, já havia sido adquirido por usucapião.

Que, em face do exposto, não tem ele justificante possibilidade de comprovar a aquisição do prédio supra descrito, pelos referidos Domingos de Sousa e mulher, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 28 de Setembro de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

PRÉDIO

Vende-se um prédio, situado no Largo Manuel da Mana, propriedade da viúva do Dr. Jaime Rua.

Tratar com Luís Rua — Banco Português do Atlântico — LOULÉ.

APARTAMENTO

Vende próprio, junto praia Olhos d'Água, 3 quartos, alcatifado, 1 450 000\$00.

Facilidades de pagamento. Resposta a este jornal ao n.º 29.

Wolkswagen

GOLF LS 1600

Vende-se, em estado novo. Trata: Telef. 62888 — LOULÉ.

ELECTRICISTA

ADMITE-SE

Com experiência de força motriz e automáticos. Nesta redacção se informa.

PROPRIEDADE

COMPRA-SE

Propriedade rústica de preferência inculta, com mais de 20 hectares, compra-se, de baixo preço, entre Loulé e Vila Real de S. António.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Uma forgoneta em bom estado de conservação de caixa aberta, F. K. — 1250. Tratar na Praça da República, 58, em Loulé.

Notícias Pessoais

FALECIMENTO

Vítima de doença que há muito o martirizava, faleceu em Lisboa no passado dia 19 de Setembro o nosso conterrâneo sr. João Ramos do Nascimento, (mais conhecido por Joanito Pequeno) e que durante largos anos foi comerciante da nossa praça.

O saudoso extinto, que contava 67 anos, era pai do sr. Oriolando José Bota do Nascimento e irmão do sr. José Ramos do Nascimento e da sr.ª D. Noélia Ramos do Nascimento Prata e cunhado do nosso prezado amigo e assinante sr. José Viegas Bota, casado com a sr.ª D. Manuela Guerreiro Mendes Bota.

A família enlutada envia sentidas condolências.

PARTIDAS E CHEGADAS

Tivemos o prazer de cumprimentar nesta redacção o nosso conterrâneo, prezado amigo e colaborador sr. José da Piedade Júnior, residente em Paço de Arcos.

Em gozo de férias, estiveram no Algarve o nosso conterrâneo e dedicado assinante em França sr. Adelino João Correia, que se fez acompanhar da sua esposa sr.ª D. Lucília Olival Correia.

VENDE-SE CARRO

Peugeot 404, diesel, em bom estado.

Nesta redacção se informa.

Como vai a electrificação no concelho de Loulé?

(continuação da pág. 1)
rejeta (na fase de abertura de covas para colocação de postes), Clareanes (completa, aguardando alta tensão), Monte Seco (na abertura de covas), Fonte de Afra (com os postes arvorados) e ainda as localidades de Funchais, Sta. Margarida de Alte, Porto Nobre, Barranco Velho, Cumeada, S.º M. Dias, Besteiros, Cabeço de Câmara, Corte Garcia, Cavalos, Franquedá, Carvalhal e Amendoeira, Benfarras, Vale Judeu, Maritenda e Farfa-Besteiro, nas quais nada se fez ainda.

Igualmente foram adjudicadas as obras de Corte João Marques. Ao todo, o montante das obras adjudicadas ascenderam a 45 950 contos mas apenas 2 623 contos foram absorvidos por adjudicações totalmente cumpridas, como antes referimos. Em Farfã (810 contos), S. Lourenço de Almansil (1 107 contos) e em Clareanes (706 contos).

Querá isto dizer que em relação ao valor global das adjudicações só resultaram em pleno cerca de 5,7% das verbas cativas para o efeito.

No entanto, considerando que apenas duas das adjudicações atribuídas em 1977 é que tiveram início (em Monte Seco e na Fonte de Afra) o panorama que nos oferecem 15 localidades, onde tudo está por fazer, é deveras desolador.

Inquirimos da razão que dita o impasse e tudo quanto pudemos apurar é que no cerne da questão há várias razões e não uma só.

Claro que razões, ou sem-razões, são elas invocadas pelas empresas adjudicatárias encarregadas das obras em pendência.

Umas, alegam a falta de equipamento e de pessoal suficientes para acudir ao acervo de compro-

missos assumidos, outras, atribuem as culpas às fábricas de material eléctrico, cuja produção, abaixo da procura, só lhes permite satisfazer as encomendas um ano depois da sua colocação e, ainda outras, que face ao pagamento antecipado exigido como condição de fornecimento não dispõem de fundos de investimento condizentes.

Deste modo estas obras tidas, achadas e reclamadas como instantes pelas populações rurais das povoações citadas, permanecem bloqueadas ou em apagada gestação até que a empresa empreiteira entenda reunidas as condições de viabilização.

Independentemente dos prazos a que os adjudicatários estão vinculados, há um pormenor que nos parece um tanto obscuro.

Aventamos: o adiamento das obras arrematadas em concurso implicará, fatalmente, no agravamento dos preços calculados nos orçamentos (custos do material e salários) o que decerto virá redundar para as empresas — economicamente falando — na redução da margem de lucros ou, o que é pior, ultrapassada que seja esta margem, na contracção de encargos sem contrapartida.

Ressalta assim que os diferimentos verificados contêm dois gumes: um que fere a empresa adjudicatária, no aspecto económico-financeiro, outro que prejudica as populações, que de longa data aspiram pela electrificação da sua terra.

Está porém longe de esgotado este assunto.

Entre os dados recolhidos há

alguns que apontam para obras já concluídas, não por intermédio de empreiteiros, mas as que admitimos pelas brigadas de trabalho privativas da Federação de Municípios de Faro.

Citamos os casos de Vale Formoso e da Cruz da Assumada, cujos valores respectivos ascenderam a 316 e a 1 155 contos cada.

De assinalar que, no caso da Cruz da Assumada, a autorização publicada no «Diário da República» teve lugar em Março do ano corrente.

Se assim aconteceu, como nos parece, fica demonstrado, pelo menos prioristicamente, que talvez a Federação tenha em mãos a chave de problemas futuros, assim como o remedeio destes quebra-cabeças, que são as obras

relegadas, tal qual as «obras de Santa Engrácia».

Porque não criar nas suas estruturas, perguntamos nós, um departamento devidamente capacitado a dar resposta às obras de electrificação normalmente adjudicadas?

Pensar maduramente nesta hipótese, é melhor, presumimos, do que aceitar, por puro conformismo e convicção arreigada, de que aquilo que não tem remédio remediado está.

A alguém competir á decerto reexaminar este problema que afecta muito particularmente as populações rurais, privadas no século XX, de um benefício, hoje banalizado, que constituiu novidade no século passado.

J. C. VIEGAS

ESPIRAL

O MAIS ALTO JURO DO PAÍS

o Crédito Predial Português oferece AS NOVAS TAXAS DE DEPÓSITOS

16%

* Cofre Mealheiro

19%

* Depósitos a Prazo novos ou renovados superior a 6 meses

20%

* Depósitos a Prazo novos ou renovados superior a 1 ano

* Cativo de imposto

FARO

RUA CASTILHO, 10

TELEFONES - 27106 - 26005 - 26357

Crédito à habitação.
Crédito à construção.
Crédito ao investimento.
Desconto de letras e livranças.
Depósitos a prazo. (o mais alto juro do país).
Depósitos à ordem. (o mais alto juro do país).

Cofre-Mealheiro. (quase o juro dum depósito a prazo numa conta à ordem).
Extratos de conta semanais.
Operações com o estrangeiro. Câmbios.
Transferências e depósitos especiais para emigrantes.



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

EMPREGADA DOMÉSTICA

PRECISA-SE

Interna, para Vilamoura, que saiba cozinhar, goste de crianças. Boas condições de trabalho e remuneração.

Exigem-se referências.

Resposta ao n.º 27 deste jornal.

(1-1)

CORTADOR

PRECISA-SE

Para a zona de Quarteira.

Resposta detalhada ao n.º 28 deste jornal.

(2-1)

CHAPAS PERFURADAS

— Crivos —

CASA CHAVES CAMINHA
Aven. Rio de Janeiro, 19-B
Lisboa — Telef. 885163

(1-1)

APARTAMENTO

Vende-se um 1.º andar, acabado de construir c/ 4 assoatado na Rua Poeta Aleixo (Transversal da Avenida J. Ihdas e (chave na mão), si-Costa Mealha).

Nesta redacção se informa.

RECORDANDO

UM PASSADO RECENTE QUE PARECE JÁ REMOTO

Convidamos o leitor a ler e a meditar (e a guardar) o pungente artigo que Sérgio Barba escreveu há pouco em «O Dia». É um mini-relato do que aconteceu neste pobre país no curto período de 4 revolucionários anos e que deixaram em todos nós profundas marcas de revolta contra a tirania daqueles que, em nome da «sua» liberdade, quiseram amordaçar e fuzilar quantos não pensassem como eles.

O pesadelo do terror já passou, mas nunca é demais recordar o que foram estes últimos anos de permanente exaustiva traumatização que deixaram os portugueses vacinados contra certas ideias com que os massacraram para os destruir como seres pensantes e livres.

A CAMINHO DO FIM

As primeiras nacionalizações, ou mais propriamente confiscos de empresas privadas, levadas a efeito sob a égide de um louco que foi colocado como Primeiro-Ministro, tiveram início em Março de 1975.

Em plena euforia revolucionária e usando de poderes discricionários, os órgãos de Soberania de então, desrespeitando o Programa do MFA anunciado pela Junta de Salvação Nacional, iniciaram profundas transformações nas estruturas económicas do País, sem que fosse efectuado qualquer estudo prévio sobre os inconvenientes dessa precipitada decisão, nem pelo menos preparados os quadros indispensáveis para assumir a responsabilidade da gestão das empresas confiscadas. Tudo isto se processou num clima de anarquia em que se atropelaram os mais elementares princípios de justiça, de ordem e de disciplina, não havendo sequer a preocupação de verificar se a máquina estatal possuía capacidade para absorver, de um só golpe, umas largas dezenas de empresas que, devidamente estruturadas, representavam apreciáveis meios de produção imprescindíveis à economia do País.

Na ânsia incontida de destruição, aniquilaram-se os quadros técnicos que constituíam a melhor garantia de eficiência e rentabilidade dessas empresas. Procedeu-se aos chamados «saneamentos selvagens», afastando os gestores mais competentes e promovendo os mediocres e incapazes. Satisfizeram-se reivindicações irrealistas, descapitalizando as empresas e criando-lhes gravíssimos problemas de liquidez. Os locais de trabalho transformaram-se em arenas de comícios e plenários, onde só se discutia política em detrimento dos aspectos essenciais ao funcionamento dos respectivos departamentos que, entretanto, se iam degradando de dia para dia.

Os legítimos proprietários, que haviam dado o melhor do seu esforço e dedicação ao engrandecimento das suas empresas, foram escorraçados e humilhados, evidenciando-se nesta atitude preciosa aqueles colaboradores que maiores bemesses haviam recebido ou os mais contemplados com deferências por parte dos seus superiores hierárquicos.

A inveja, o ódio, o oportunismo e a corrupção foram as «virtudes revolucionárias» mais exuberantemente utilizadas na retaliação como a forma mais fácil de conquistar situações de privilégio entre a chusma de incompetentes que dominavam o País.

Dir-se-ia que um vento de loucura varreria a sociedade portuguesa perante a complacência dos irresponsáveis que haviam ascendido aos postos de mando. A subversão generalizava-se, a inversão de valores tornava-se uma constante e a sociedade caminhava para o seu aniquilamento. E perante o olhar atônito do mundo, o País afundava-se num abis-

mo cada vez maior. A hecatombe aproximava-se.

Realizadas as primeiras eleições, o povo, politicamente inexperiente, é iludido. Foi assim que, ao julgar defender os seus legítimos interesses e os do País, acabou por votar em Partidos que aprovaram uma Constituição destinada a servir de base a um governo essencialmente marxista, que passou paradoxalmente a governar um povo de vocação democrática e católica. Constituição que, sendo a expressão vergonhosa de uma monstruosidade jurídica, foi aprovada num momento de loucura colectiva, em que uns tantos ingénuos não se aperceberam dos planos que um grupo de traidores há muito havia preparado para vender o País que lhe servira de berço. Constituição que, vigorando apenas há três anos, é a principal responsável pelo estado calamitoso em que o País se encontra.

Esta a Constituição a que o Senhor Presidente da República se ajuntou e se propõe fazer cumprir até às últimas consequências.

É triste que neste País não haja alguém em condições de fazer sentir aos responsáveis políticos que, sejam quais forem as alternativas a pôr em prática, não é possível resolver os gravíssimos problemas nacionais sem se alterar profundamente a ideologia expressa na Constituição, e que essa alteração só será viável de forma pacífica por referendo secreto e através de uma lei eleitoral onde seja incluído o voto obrigatório.

O resultado do juramento de fidelidade à Constituição está à vista de todos. Os défices das empresas nacionalizadas acumulam-se assustadoramente, atingindo hoje um montante tal que não houve ainda qualquer responsável dos órgãos de Soberania com coragem suficiente para declarar publicamente o valor global dos prejuízos amontoados. Fazem-se referências à dívida externa, citam-se números da balança de pagamentos, formulam-se vaticínios diversos quanto aos empréstimos que continuamos a ter de contrair para sobreviver, mas silencia-se o que na realidade representou para o País a criminosa decisão de nacionalizar empresas apenas com o objectivo de destruir a economia nacional.

REUNIÃO DOS COMANDOS DOS BOMBEIROS DO ALGARVE EM ALBUFEIRA

Realizou-se recentemente em Albufeira, nos respectivos Paços do Concelho, a reunião das direcções e comandos das Corporações dos Bombeiros do Algarve, a qual foi dirigida pelo presidente da Federação dos Bombeiros, sr. Dionísio Viegas.

Tem interesse referir a deliberação ali tomada em consenso.

Eis o tópico da mesma: Propôr ao Serviço Nacional de Ambulâncias, em face à sua intenção de colocar à disposição de uma corporação material de desencarceração, a distribuição do mesmo, a título precário, aos Bombeiros de Loulé, cuja sede se situa no centro da Província.

Entre outros assuntos ali tratados tomou vulto a pretensão de escadas «Magirus» pelas Corporações de Portimão, Loulé e Vila Real de Santo António, e ainda a participação dos bombeiros algarvios no Congresso Nacional a efectuar no Estoril e as eleições para novos dirigentes da Federação de Bombeiros do Algarve.

Cabe notar que o equipamento

O mínimo que se pode exigir a quem nos governa é, sem dúvida, que utilize processos dignos e honestos na administração pública e para se ser honesto não se pode ser cúmplice nos esbultos e roubos praticados após o «25 de Abril». E, neste particular, os detentores de acções das empresas nacionalizadas, que representam uma larga camada da população economicamente débil, continuam aguardando, há mais de três anos, a justiça prometida.

Perante este quadro, é lícito que nos interroguemos: O que será necessário acontecer mais a este moribundo País para que se acorde ainda a tempo de, pelo menos, recolher algumas cinzas do seu glorioso passado, a fim de permitir que os vindouros as possam lançar ao vento em derradeira homenagem de uma geração envergonhada. Aqueles que, escrevendo páginas brilhantes da História do Mundo, fundaram e dilataram a Pátria Portuguesa.

SÉRGIO GERALDES BARBA
(De «O DIA»)

MAIS ACIDENTES QUANDO O MOVIMENTO ABRANDA

Já lá vai o período intensivo do tráfego rodoviário, que conheceu nesta vila, precisamente na época grada das férias, congestionamentos e dificuldades notórias de escoamento devido ao elevado número de veículos que pejaram o centro desta vila e as suas artérias principais.

Durante essa altura, poucos foram os acidentes verificados ou registados, intramuros, o que pode atribuir-se à atenção e cuidados redobrados dos condutores, que não minimizaram as circunstâncias de circulação então reinantes.

Pelo que temos notícia, não sucede agora assim, o que pelo menos não se coaduna com a lógica do momento, a qual denota um visível abrandamento do tráfego rodoviário.

Há, portanto, menos veículos a circular mas o número de acidentes aumentou inversamente, na razão de um em cada dois dias. Isto é dia sim, dia não, dá-se um acidente.

de desencarceração é constituído por garrafas de oxiacetilene, macacos, tesouras e pinças hidráulicas, e material eléctrico para corte de chapa, ligado a um grupo gerador.

● CARTA DIRIGIDA AO SERVIÇO NACIONAL DE AMBULÂNCIAS

No tocante à decisão tomada durante a reunião aludida, foi enviada ao Presidente da Comissão de Gestão do Serviço Nacional de Ambulâncias uma carta, cujo tema central extractamos:

«Em relação ao exposto, cumpre-nos comunicar a V. Ex.ª que em reunião de Comandos das Corporações de Bombeiros do Algarve efectuada em 8 deste mês em Albufeira, foi aprovada a entrega, a título precário, à Corporação de Bombeiros Voluntários de Loulé, dada a sua localização, do material de desencarceração por V. Ex.ª referido, montado em atrelado».

VOZ ÍNTIMA

Crónica de Luís Monteiro Pereira

A razão directa para berrar nas ruas

Mais um montão, cerca de um milhão e duzentos e tal mil contos, para uma empresa que a despersonalizada maioria de esquerda estatizou, a Setenave.

Desgosta-nos, portugueses de raiz, que se continue a subsidiar uma política económica deficiente, ambígua e de índole gonzalvista. Política económica que em vez de assentar no investimento, na esbidade político-social, na produtividade, aumenta substancialmente o seu endividamento externo, prevendo-se a curto prazo a imposição, por parte do Fundo Monetário Internacional, de medidas ainda mais drásticas para os portugueses. A este ritmo, debulhando a produção que não dá palha nem grão, o déficit atingirá números incalculáveis, a inflação e o desemprego proporções assustadoras, a austeridade sem piedade

diminuirá continuamente o nosso baixo poder de compra.

As empresas, sobretudo as estatizadas, terão que suportar as exigências salariais de uma intersindical despropositada, os profissionais do ludíbrio, enquanto os trabalhadores roerão a miséria e a inquietude. A política económica de subsídios à brutal baixa de produtividade sacrificará muito mais os trabalhadores da província, imporá restrições e medidas antipopulares, uma vez que neste país desprezado de pseudo-reformas económicas, o pão a distribuir é insuficiente e as fatias estão muito mal distribuídas, pois os que menos produzem são os que auferem de ordenados mais altos.

Desequilíbrio social. Situação económica caótica. Indefinição política. Obscurantismo cultural. O retrato de uma democracia carecida de competência, sem economia, democracia bem à portuguesa que põe em perigo a segurança social, já que se nota dia a dia um acréscimo de criminalidade, de roubos, de marginais.

Reside aqui o drama do pobre homem que trabalha diariamente sem olhar as horas e cujo poder de compra não chega para o sustento dos seus filhos.

Algumas interrogações se nos deparam com o derrube do Governo Nobre da Costa.

Que confiança têm os investidores num País desconcertado, de instabilidade política? Quais os prejuízos de uma nova campanha eleitoral se as eleições forem antecipadas? Se queremos a sobrevivência não podemos apostar na orientação demagógica do fanatismo partidário, que não reconhecendo confiança a um Governo de bons gestores, com provas dadas no sector económico, também não poderá servir para acalmar os nervos dos investidores e assegurar-lhes o investimento do seu capital. A imagem dos desgovernos que nos atormenta tem que ser ultrapassável pela investitura de um Governo de Salvação Nacional que seja eficiente na aplicação dos seus métodos e dos seus objectivos.

Neste triste exemplo de imaturidade política é sempre o povo, o trabalhador comum, a vítima das aberrantes intenções e propósitos da classe partidária que, como vimos, não constitui a maioria da população portuguesa.

«Que vai ser deste pobre País!...» — disse Nobre da Costa. Dizemos nós portugueses conscientes da grave situação em que nos encontramos. A última peça de teatro em S. Bento deu-nos, sem dúvida, bons actores e maus governantes.

Como sempre a escolha errada de uma profissão, o hábito tradicional de um sistema cultural que nos condiciona, que esquece a liberdade em que o espírito criador do homem se deve desenvolver, e envereda, de harmonia com o xadrez sócio-económico, pela obstrução à dignidade e à valorização do cidadão. Encontramo-nos numa encruzilhada histórica em que só o caminho do bom-senso, do patriotismo e da competência pode salvar Portugal. Congratulo-me com os Portugueses que não alinham com as intrigas, os compromissos e as complicações da classe política.

Partidos hajam para resolver os problemas da Nação e não para minimizar ou esconder as suas múltiplas feições tachistas à custa do voto popular e do sacrifício de um Povo com vontade de uma democracia autêntica.

Os empréstimos continuam...

O Banco Mundial aprovou um empréstimo de 70 milhões de dólares (cerca de 3 150 milhares de contos) a Portugal, pelo prazo de 15 anos, à taxa de 7,5%, destinado a apoiar um projecto de desenvolvimento dos sectores da agricultura e pescas, cujos custos, no seu total, estão calculados em 256,5 milhões de dólares. O projecto prevê a concessão de créditos pelo Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, tendo em vista a modernização de várias empresas agro-industriais e a construção de alguns barcos de pesca.

Com tanto dinheiro que tinhamos e tantas coisas necessárias que só agora se pretendem fazer... com empréstimos!

J. C. V.